



**UNICEPLAC**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL APPARECIDO DOS  
SANTOS - UNICEPLAC  
ARQUITETURA E URBANISMO**

THAINÁ ROCHA DE SOUZA

**INTERVENÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA URBANA:  
CEILÂNDIA E SOL NASCENTE**

Gama – DF  
Dez./2018

THAINÁ ROCHA DE SOUZA

**INTERVENÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA URBANA:  
CEILÂNDIA E SOL NASCENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte das atividades para obtenção do título de **Bacharel**, do curso de **Arquitetura e Urbanismo** da **Centro Universitário Do Planalto Central Aparecido Dos Santos - UNICEPLAC**.

**Orientador: Angelina Quaglia Berçot**

Gama – DF  
Dez./2018

**INTERVENÇÕES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA URBANA:**

## CEILÂNDIA E SOL NASCENTE

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte das atividades para obtenção do título de **Bacharel**, do curso de **Arquitetura e Urbanismo** da **Centro Universitário Do Planalto Central Aparecido Dos Santos - UNICEPLAC**.

Gama DF, 08 de Dezembro de 2018.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador Angelina Nardelli Quaglia, MSc

---

Prof. Marcelo Barbosa Monteiro, MSc

---

Prof. Fernando de Oliveira

---

Prof. \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTO

A minha orientadora, Angelina Quaglia, e a coorientadora, Mariana Bomtempo, por toda sua paciência e seu incentivo.

A minha família por sua compreensão.

Ao ser amado, por todas as noites em claro e por todo o seu apoio.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa trajetória.

## SUMÁRIO

### Sumário

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>8</b>
<b>2 PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>3 OBJETIVO .....</b>	<b>12</b>
<b>4 OBJETO.....</b>	<b>13</b>
<b>5 REPERTÓRIO.....</b>	<b>14</b>
<i>5.1 Westerpark (Amsterdã) .....</i>	<i>14</i>
<i>5.2 Biourban (São Paulo-SP).....</i>	<i>16</i>
<i>5.3 Avenida das Palmeiras (Setor Habitacional Sol Nascente – Ceilândia-DF).....</i>	<i>17</i>
<b>6 BREVE RESGATE HISTÓRICO .....</b>	<b>20</b>
<b>7 ANÁLISE DO SÍTIO .....</b>	<b>27</b>
<b>8 PROGRAMA DE NECESSIDADES .....</b>	<b>29</b>
<b>9 PROPOSTA .....</b>	<b>30</b>
<i>9.1 MELHORIA AMBIENTAL.....</i>	<i>30</i>
<b>10 CONCLUSÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>36</b>

## RESUMO

Com foco na melhoria da qualidade de vida da população do Sol Nascente, o presente trabalho apresenta propostas de intervenção urbana que promovam a conectividade entre Ceilândia e o assentamento e que solucionem questões básicas de saneamento de ambos. Assim são demonstradas soluções com foco em Melhoria Ambiental e Preservação, focando na experiência do usuário da cidade e dando à ele o seu espaço devido.

Plavras-chave: Preservação; Intervenção Urbana; Caminhabilidade; Sol Nascente; Ceilândia.

## ABSTRACT

With the focus on improving the quality of life of the population of the Sol Nascente, the present paper presents proposals for urban intervention that promote the connectivity between Ceilândia and the settlement and that solve basic sanitation issues of both. Thus solutions are demonstrated focusing on Environmental Improvement and Preservation, seeking the best user experience of the city and giving it the space due.

Keywords: Preservation; Urban Intervention; Walkability; Sol Nascente; Ceilândia.

## INTRODUÇÃO

A relação da população com a cidade se dá, principalmente, por meio de espaços de convivência que possibilitam a vinculação da mesma à construção da cultura local. Este projeto tem como objetivo principal apresentar macro e micro diretrizes para valorização do espaço público por meio de áreas de convivência, como elementos fundamentais para a autoestima de populações habitantes de assentamentos irregulares e como fonte de desenvolvimento para o espaço urbano no geral. O Setor Habitacional Sol Nascente, na Ceilândia/DF, foi escolhido por possuir características singulares de ocupação na região.

Segundo Jacobs (1961), um “número cada vez maior de cidades, tornam-se decadentes justamente as regiões onde menos se espera que isso aconteça”, sendo ainda mais surpreendente em regiões que estejam “à luz do planejamento urbano”. Essa crítica direcionada a cidades modernistas se dá por seu modelo disperso e de funções desmembradas, o que dificulta a vivência da mesma e, conseqüentemente, o seu progresso.

Em Nova York temos um exemplo claro de cidade que possui um alto valor habitacional quando próximo ao centro e que funciona de forma supressiva, mas que caracteriza uma cidade viva por focar na escala humana e atribuir valor a ela com suas funções espalhadas que geram pontos de encontros não programados (SPECK, 2012). Análogo a intenção de despertar a vivência da cidade e conscientização da população Rosa (et.al, 2014) demonstra a dimensão da revitalização urbana participativa com o projeto “Biourban”, realizado na cidade de São Paulo. Apresentando aos residentes maior sensação de segurança e um espaço utilizável.

A escolha do local se deu por suas condições excludentes em relação às suas imediações e sua falta de fatores que incentivam o desenvolvimento econômico dentro de sua poligonal. Portanto as proposições trazidas pelo projeto deverão utilizar-se de materiais e mão de obra existentes na região e permitirem ao máximo a participação da população no processo, para aumentar a sua sensação de pertencimento e o uso à cidade.

Assim este projeto intenta a seguridade do direito social ao lazer e a convivência em sociedade, constitucionalmente estabelecidos em 1988. Pois o homem “precisa relacionar-se com o meio onde vive e ocupar seu devido lugar de cidadão e não de objeto do processo de produção” (OLIVEIRA, 2018). Do mesmo modo visa trazer à baila a importância da transformação da cidade irregular como um elemento componente e pertencente ao todo, defendendo a requalificação da “metrópole” ao invés de sua dilatação.

## 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Todo e qualquer projeto significa uma intervenção em um espaço e deve se guiar por normas e fontes referenciais que auxiliem para que esse seja realizado da melhor forma.

Ao intervir em um espaço público deve-se atentar às normas específicas sobre acessibilidade para que o espaço possa funcionar de forma universal. Assim uma das principais bases para o projeto desenvolvido é a norma 9050/2015 (NBR, 2015):

Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Referindo-se a importância de meios de conservação da natureza e a interação da comunidade com os mesmos, há o exemplo da Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000:

Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. (Art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, 2000)

Por ser um tema complexo e multidisciplinar, o trabalho traz como referência sociológica o livro “Confiança e Medo na cidade” (2009) de Zygmunt Bauman por ser focado na evolução das relações das classes sociais com o espaço urbano. Classes essas que tem por base a conceituação expressa em “O manifesto do Partido Comunista” (2015) de Friedrich Engels e Karl Marx, que iniciaram seus estudos sobre a sociedade ainda na realidade da Revolução industrial, primeiro período que incita o planejamento urbano como necessidade.

Partindo do macro para o micro, Mike Davis disserta em “Planeta Favela” (2006) sobre os mais diferentes processos de favelização ao redor do mundo. Hermínia Maricato apresenta em “Brasil Cidades” (2013) a construção da crise habitacional no Brasil e Maria das Neves Almeida Pessoa (2009) fala especificamente sobre a importância da criação de centros de desenvolvimento econômico em Ceilândia, focando em seus devidos assentamentos irregulares.



As demais fontes bibliográficas corroboram com a ideologia da construção da cidade de bases capitalista e reforçam a importância da aplicação do termo de “Sustentabilidade Social”, descrito por Jan Gehl em seu livro “Cidade para pessoas” (2014).

## 2 PROBLEMATIZAÇÃO

As cidades são sistemas complexos que são frutos da construção coletiva de seus habitantes, nelas estão em disputa interesses políticos, sociais e principalmente econômicos. São também nas cidades onde as pessoas habitam e compartilham espaços urbanos que, ao contrário do que se imagina, não são fruto apenas da força do Estado, pois tais espaços exigem a participação de agentes mais próximos como a comunidade, já que isso faz parte da construção de sua identidade cultural.

Segundo Bauman (2009) as classes economicamente vulneráveis participam ativamente da cidade, andam nas ruas, as consomem e delas vivem.

Encontramos redes fragmentárias, muitas vezes de base étnica, que depositam sua confiança na própria identidade como recurso mais precioso para a defesa de seus interesses e, conseqüentemente, de sua própria vida (CASTELLS apud BAUMAN, 2009).

Retomando às aflições Industriais, o crescimento desordenado também inquieta quando se trata de assentamentos informais, já que o planejamento não é uma característica comum dos mesmos. Quando Choay (1965) se refere às preocupações Progressistas a salubridade das cidades fica claro que os espaços abertos são fundamentais.

Quando esmiuçado, percebe-se que as relações dos cidadãos mudaram e evoluíram, mas mesmo com uma máquina mais azeitada as situações de segregação permaneceram semelhantes ao início. O que difere a contemporaneidade de épocas mais remotas são as soluções utilizadas para que a distinção de classes não seja perpetuada. No livro “Cidade para Pessoas”, Gehl (2014) disserta sobre o conceito de sustentabilidade social e reforça o pensamento de que há um enorme vácuo entre as diferentes camadas da sociedade e que isso pode ser diminuído por meio de uma mudança de perspectiva sobre a cidade.

A cidade é vista como o que atende a uma função democrática onde as pessoas encontram diversidade social e compreendem mais o outro, por meio do compartilhamento do mesmo espaço urbano. [...] A cidade deve ser inclusiva, com espaço para todos. (GEHL, Jan. 2014 - Página 109)

Em consoante à fala de Gehl, o artigo 8º do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (2009) apresenta os objetivos gerais do documento, que incluem “melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades socioespaciais” e “valorização

da ordem urbanística como função pública, promovendo a integração dos assentamentos informais passíveis de regularização à cidade legal”.

Gehl (2014) traz muito forte a ideia de reduzir as “desigualdades socioespaciais”, mas apresenta como fator dificultador o fato de as necessidades serem muito diferentes. Deve-se considerar que as prioridades e convivências de cada classe com a cidade são díspares, entretanto o autor reafirma que deve haver o máximo de esforço para que ambos recebam as mesmas oportunidades.

Refletindo sobre a origem dos problemas socioespaciais apresentada no histórico, deve-se buscar elementos urbanos que possam de alguma forma auxiliar a construção da cultura local, de maior interação entre as pessoas e a cidade e que solucionem questões de salubridade referentes ao “apinhamento” da poligonal.

### **3 OBJETIVO**

Suscitar soluções aplicáveis à cidade em questão e que corroborem para a solução de problemas aferidos durante análises realizadas e propor resoluções com base em conceitos de caminhabilidade, buscando o conceito de “Cidade para pessoas” de Gehl (2014).

#### **4 OBJETO**

Como apresentado nos capítulos Repertório e Breve Histórico, o objeto de estudo é a cidade e a relação dos habitantes com a mesma, analisando a construção social e como isso influencia o espaço e como o espaço pode alterar essa relação.

A representação física das macro e micro diretrizes de projeto desenvolvidas se darão por meio de intervenções urbanas com foco em melhorias ambientais e preservação.

## 5 REPERTÓRIO

### 5.1 Westerpark (Amsterdã)

Em tempos passados, Holanda apresentava problemas graves relacionados ao meio ambiente que demandavam mudanças radicais nos objetivos quanto ao assunto. A questão se tornou política, tendo o Legislativo como principal aliado. A partir daí a legislação passou a fazer a relação entre causas e efeitos, possibilitando soluções mais eficientes.

Motivados pela construção de um novo complexo habitacional, os habitantes de Breda aprovaram em 1991 o seu Plano Político de Meio Ambiente. Um dos principais pontos do Plano era a criação de “Westerpark”, que era descrito contendo em seu desenho espaços verdes, estratégias de proteção aos cursos d’água e reaproveitamento de águas pluviais (Figura 1).

A motivação popular da criação do Plano Político nasceu de seu incômodo com a formação de novos complexos, sendo habitacionais ou de outras tipologias, que não atendiam aos novos padrões de sustentabilidade.

Na opinião dos planejadores pouco foi alterado; em suas visões a sustentabilidade não é consequência do design e desenvolvimento de novas habitações; sustentabilidade é uma questão, primeiramente, de gerenciamento. (TIMMERMANS, 2004 – Página 56)

O parque foi construído ao redor de um antigo gasômetro localizado em uma zona mais pobre de Amsterdã. O local exalava horríveis odores e poluía em níveis altos, afastando qualquer interesse da área. Hoje, após a implantação do Westerpark, o gasômetro desativado deixou de ser um incômodo e o bairro se desenvolveu economicamente.

Tal trouxe uma relação mais funcional entre as edificações e seu exterior e corrobora muito bem com a fala de Gehl (2014, pág. 88) de que “nenhum tema tem mais impacto na vida e na atração exercida pelo espaço da cidade do que esses espaços de transição, ativos, abertos e vivos” (Figura 2).

Mesmo não sendo uma área nacional, a criação do parque vai direto ao encontro do Artigo 8º, § 1º, da Resolução CONAMA nº 369/2006, que considera as áreas verdes como espaços de domínio público:

[...] o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética,

funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização. (Resolução CONAMA, 2006 – Página 98)

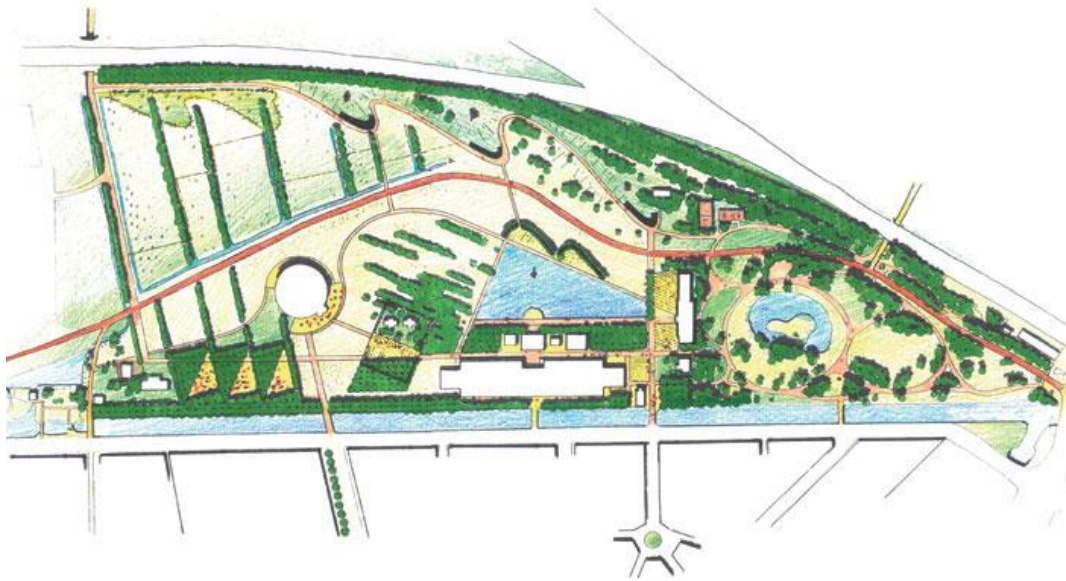


Figura 1 – Apresentação de planta baixa geral do Westerpark.

Fonte: <https://www.hollandschap.nl/projecten/parken-parkrenovaties/amsterdam-masterplan-westerpark/>



Figura 2 – Pessoas aproveitando o verão no gramado em Westerpark.

Fonte: <https://personalcityplan.com/5x-things-to-do-in-amsterdams-westerpark-area/westerpark/>

## 5.2 Biourban (São Paulo-SP)

O projeto Biourban em São Paulo é descrito por ROSA (2013) como a transformação de caminhos de passagem em lugares habitados e com a participação da comunidade.

Criado pelo jovem sociólogo Jeff Anderson, a iniciativa tinha a intenção de melhorar a vida das favelas por meio de ação social e por meio de “do-it-yourself”, nos quais os membros da comunidade estariam envolvidos. (ROSA et al, 2013. Página 76)

A execução projeto foi realizada por residentes locais e baseada em suas percepções diárias de sua interação com o local. Após a realização os impactos positivos aferidos vão desde classificar a área como segura para atividades recreativas quanto à vivacidade do espaço.

A intervenção foi de caráter estético, revitalizando as fachadas mortas da viela e tornando-as mais vivas e excitantes. Houve alargamento dos passeios e instalação de equipamentos públicos para descanso, aumentando o período de permanência e o uso do ambiente.

Há uma enorme discussão no meio arquitetônico quanto ao uso de fachadas e o seu impacto na cidade. Quanto a isso podemos citar a fala de Speck (2012) que relaciona fachadas decoradas e surpreendentes como “recompensa” para os caminhantes com seguinte análise sobre duas edificações adjacentes:

Esta discussão me lembra de um maravilhoso conjunto de desenhos de Léon Krier, que mostra dois edifícios lado a lado, vistos de três diferentes distâncias. De longe, pode-se ver que é um palácio clássico, o outro um cubo modernista de vidro. O palácio tem base, a parte central e o topo, enquanto o cubo de vidro é articulado com linhas horizontais e verticais e suas amplas janelas refletivas. À medida que nos aproximamos, o palácio revela suas portas, janelas e cornija, enquanto o cubo de vidro permanece o mesmo de antes: linhas horizontais e verticais. Chegando ainda mais perto, a alguns passos de distância, observamos a linha decorativa do palácio, os caixilhos das janelas e a parte final das vigas, sustentando os beirais. Nossa visão do cubo de vidro permanece inalterável e silenciosa. Caminhamos uma grande distância até sua entrada principal e não fomos recompensados. (SPECK, 2012 – Página 214).

Portanto pode-se dizer que quem caminha pela escadaria do Cambuci é, agora, extremamente recompensado.





Figura 3: Escadaria do Cambuci, um dos objetos de transformação do Biourban.

Fonte: <http://biourban.blogspot.com/2010/11/>



Figura 4: Outra perspectiva da escadaria do Cambuci.

Fonte: <http://biourban.blogspot.com/2010/11/>

### **5.3 Avenida das Palmeiras (Setor Habitacional Sol Nascente – Ceilândia-DF)**

Em 2016 a Avenida das Palmeiras, um dos principais pontos de referência do Sol Nascente, recebia pavimentação por parte do Governo Federal em detrimento a projetos de pavimentação e drenagem para a área.

Com a presença bem estabelecida da CODHAB (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF) e por suas preocupações além da residência, houve a revitalização da área por meio de colaboração comunitária.

As mudanças não foram bruscas, assim como no projeto “Biourban”, o foco foi na estética, mas a ideia de trabalhar a aparência do local corrobora diretamente com a fala de Speck (2012):

Entre outras coisas, exigimos estímulos quase constantes. Pedestres precisam sentir-se seguros e confortáveis, mas também têm a necessidade de serem entretidos, caso contrário aqueles que têm escolha escolherão dirigir. (SEPCK, 2012 – Página 207)



Figura 5: Imagem produzida para prospecção do projeto a ser realizado.

Fonte: Mariana Bomtempo (2017)



Figura 6: Foto panorâmica do objeto após sua intervenção.

Fonte: Mariana Bomtempo (2017).



Figura 7: Fotos panorâmicas do antes e depois da Avenida.

Fonte: Mariana Bomtempo (2017).

## 6 BREVE RESGATE HISTÓRICO

A realidade urbana passou a entrar em colapso no fim do século XIX. Os grandes centros urbanos passaram a funcionar como a grande roda do capitalismo, oferecendo extensas estruturas para o desenvolvimento fabril. No contexto mundial o aumento populacional gradativo e o inchaço citadino fizeram com que a urbanização se tornasse mais complexa e com problemáticas mais pontuais. Esse processo teve início com a revolução industrial, onde as urbes que acumulavam o proletariado (Figura 8) passaram a demonstrar as consequências da falta de planejamento urbano para a megalomania migracional (MARICATO, 2015).

Com o passar do tempo e a evolução e adoção do capitalismo como o sistema principal do mundo, as cidades cresceram e se desenvolveram de acordo com a necessidade do capital (Figura 9). O complexo da outrora Cidade Industrial deixou clara a necessidade do planejamento urbano e o impacto da cidade na saúde física e mental de seus habitantes, despertando sentimentos humanitários e higienistas, principalmente ao habitat do proletariado.

Segundo Cardoso (et al, 2015 APUD Silva, 2003) “o parque urbano nasceu sob a concepção de dotar as cidades de espaços adequados para atender a nova demanda social: o lazer e o tempo do ócio, contrapondo-se ao ambiente urbano de vida agitada”.



Figura 8: Trabalhadores, ou proletariado, aguardando a abertura das fábricas.

Fonte: <https://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/> (Acesso em 10/06/2018)

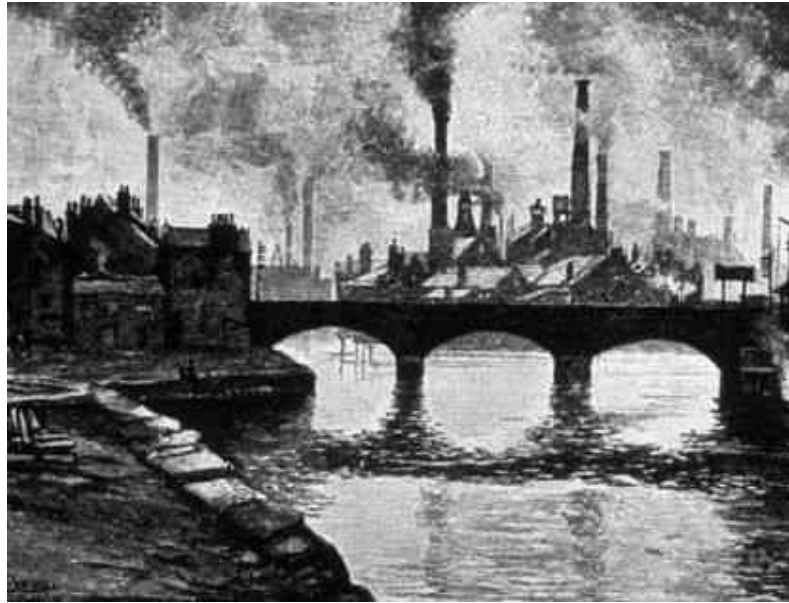


Figura 9: Dramatização do novo funcionamento das cidades durante a Revolução Industrial.

Fonte: <https://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/> (Acesso em 10/06/2018)

Em tal momento surgiram duas principais linhas utópicas de urbanismo: os Progressistas (Figura 10) e os Culturalistas (Figura 11). O primeiro grupo defendia o espaço aberto, que a lógica e beleza coincidissem, mas com recusa por culturas precedentes. Já os Culturalistas se negavam a deixar que a industrialização desintegrasse a cidade formada organicamente e defendia a relação entre a cidade e o campo como solução para a superpopulação (CHOAY, 1965).

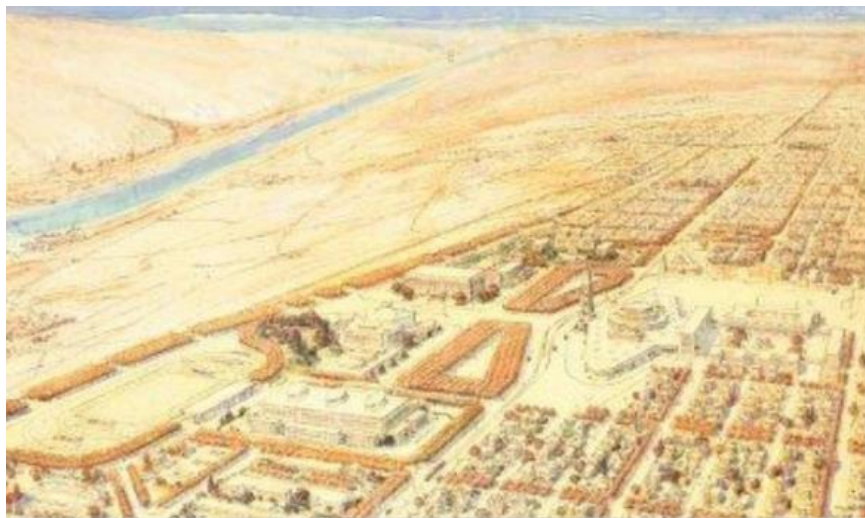


Figura 10: Modelo Progressista proposto por Tony Garnier para a cidade industrial, com separação de funções entre habitação, trabalho, saúde e lazer.

Fonte: <https://teoriadourbanismo.wordpress.com/category/urbanismo-culturalista-e-progressista/> (Acesso em 10/06/2018)



Figura 11: Modelo Culturalista das Cidades Jardim propostas por Ebenezer Howard.

Fonte: <https://teoriadourbanismo.wordpress.com/category/urbanismo-culturalista-e-progressista/> (Acesso em 10/06/2018)

Análogo a esse movimento, o processo de urbanização começava a “dar as caras” no Brasil, já que era um tema em voga mundial, mas consolidando-se apenas no início do século XX.

Cada uma das cinco regiões brasileiras recebeu uma metodologia de urbanização diferente, de acordo com a cultura local e suas necessidades climáticas. O Centro-oeste teve como fator urbanístico, imprescindível, a construção de Brasília, tornando-se uma das regiões mais urbanizadas do país.

Brasília foi uma cidade projetada como solução para o desenvolvimento de sua região e para facilitar a integração da sede político-administrativa com o restante do território, focando em abrigar os servidores públicos. “Contudo, os responsáveis pela construção da cidade em tempo recorde, e que até então moravam em acampamentos, também reivindicaram moradia na nova capital” (PESSOA, 2009), assim por meio de movimentos populares surgiram as cidades satélite.

Maricato (2017) define o urbanismo brasileiro como “à moda da periferia”, saneando e embelezando para o mercado imobiliário e empurrando moradores para morros e assentamentos periféricos das cidades, um processo que Lúcio Costa tentou não reproduzir em Brasília, mas que aconteceu naturalmente por influência do Estado que operava em prol do mercado.

O modelo brasileiro de cidade formal modernista impõe um conjunto de requisitos normativos que se erguem como uma barreira institucional para a provisão de habitações para os setores

populares da sociedade, induzindo esses a buscar alternativas irregulares. (LAURIANO, 2014, Página 156)

De acordo com Pessoa (2009), um dos maiores problemas urbanos da atualidade é a ocupação irregular de terras. No mesmo artigo a autora ressalta que em Brasília o surgimento de loteamentos irregulares se dá pela falta de políticas públicas no âmbito habitacional. Nesse contexto Ceilândia foi criada (1971) como “Campanha de Erradicação de Invasões” (CEI), absorvendo inicialmente 80 mil habitantes resultantes de diversas invasões.

Tais famílias “foram removidas contra sua vontade para um local sem infraestrutura urbana ou comunitária, localizado a cerca de 30 quilômetros do Plano Piloto” (PESSOA, 2009). Segundo o mesmo autor, tal afastamento gerou um grande impacto social, já que “além da redução da renda, a falta de equipamentos urbanos e comunitários reforçava a dependência em relação ao Plano Piloto”. Trinta anos após sua criação, Ceilândia já contava com uma periferia de 85 mil habitantes, o que demonstrava que a “solução definitiva” nomeada CEI havia falhado.

Atualmente Ceilândia representa um dos casos mais complexos do Distrito Federal por ostentar uma das maiores taxas de crescimento demográfico do mesmo (Figura 12). Isso se deve, em grande parte, ao surgimento de condomínios irregulares, como por exemplo o Sol Nascente (Figura 13) (CODEPLAN, 2017).

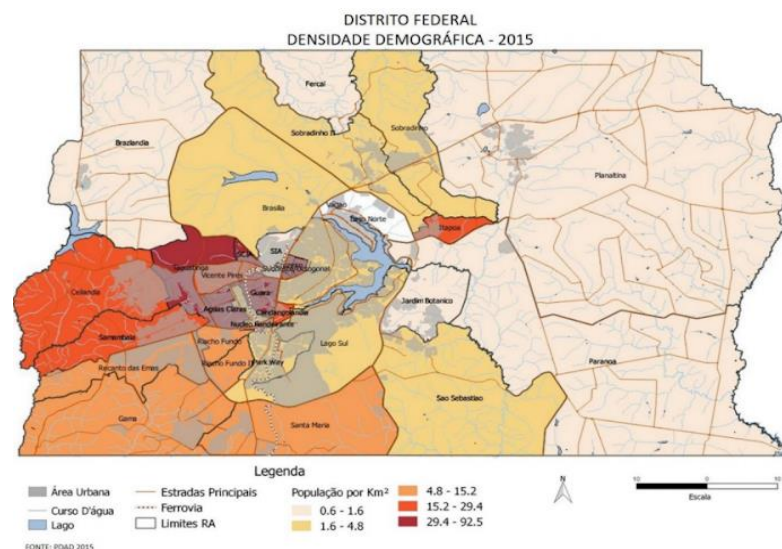


Figura 12: Gráfico de densidade demográfica do Distrito Federal em 2015.

Fonte: CODEPLAN - Atlas do Distrito Federal (2017) - Página 86 (Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>).

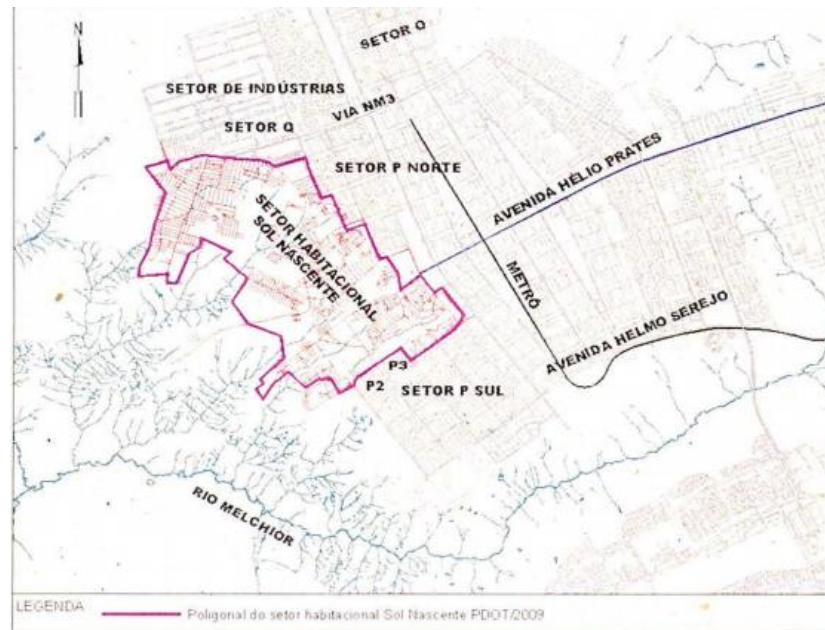


Figura 13: Mapa que indica a localização da região do Sol Nascente, a área de estudo em questão.

Fonte: SINESP (2017) - Página 4 (Disponível em [http://www.segeth.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/relato\\_processo\\_3920008202016\\_setor\\_habitacional\\_sol\\_nascente\\_ceilandia\\_mauricio\\_canovas\\_segura.pdf](http://www.segeth.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/relato_processo_3920008202016_setor_habitacional_sol_nascente_ceilandia_mauricio_canovas_segura.pdf))

Consoante a Borges (et al 2017) no início da década de 90 a região, hoje ocupada informalmente, se caracterizava por várias chácaras e nascentes de água. E segue com a fala mais específica a respeito das origens do Setor Habitacional Sol Nascente:

O próprio nome da favela, segundo a versão mais corrente sobre seu batismo, teria se inspirado em uma dessas chácaras, uma propriedade que pertencia a uma família japonesa. O Sol Nascente seria uma referência ao Japão, a "terra onde nasce o sol". (Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,sol-nascente-a-grilagem-de-terra-em-uma-das-maiores-favelas-da-america-latina,10000099923> - Acesso em 10/06/2018)

Nota-se que a formação de favelas no Distrito Federal surge como solução imediata àqueles que, pelo grande impacto socioeconômico da remoção de localidade, não dispunham dos recursos necessários para se sustentarem tão longe e tão dependentes do núcleo de Brasília. Fato que não foi diferente no Setor Habitacional Sol Nascente.

Apontada como a maior favela do Distrito Federal, Sol Nascente em 2013 abrigava, estimadamente, 78 mil habitantes (PDAD apud CODEPLAN, 2013), “mas atualmente líderes comunitários afirmam que a população passa de 110 mil” (G1, 2015). A alta densidade



poderia representar rápido avanço socioeconômico, exceto em invasões, pois as mesmas não se desenvolvem como centros econômicos, mas sim como cidades dormitório.

Como tentativa de melhora urbanística o Governo do Distrito Federal apresentou um projeto que divide os 940 hectares do assentamento em três trechos: I, II e III (Figura 14). O projeto focava em pavimentação e drenagem pluvial, mas apresenta uma grande dificuldade de implantação, já que não previa a velocidade de expansão da “favela”.

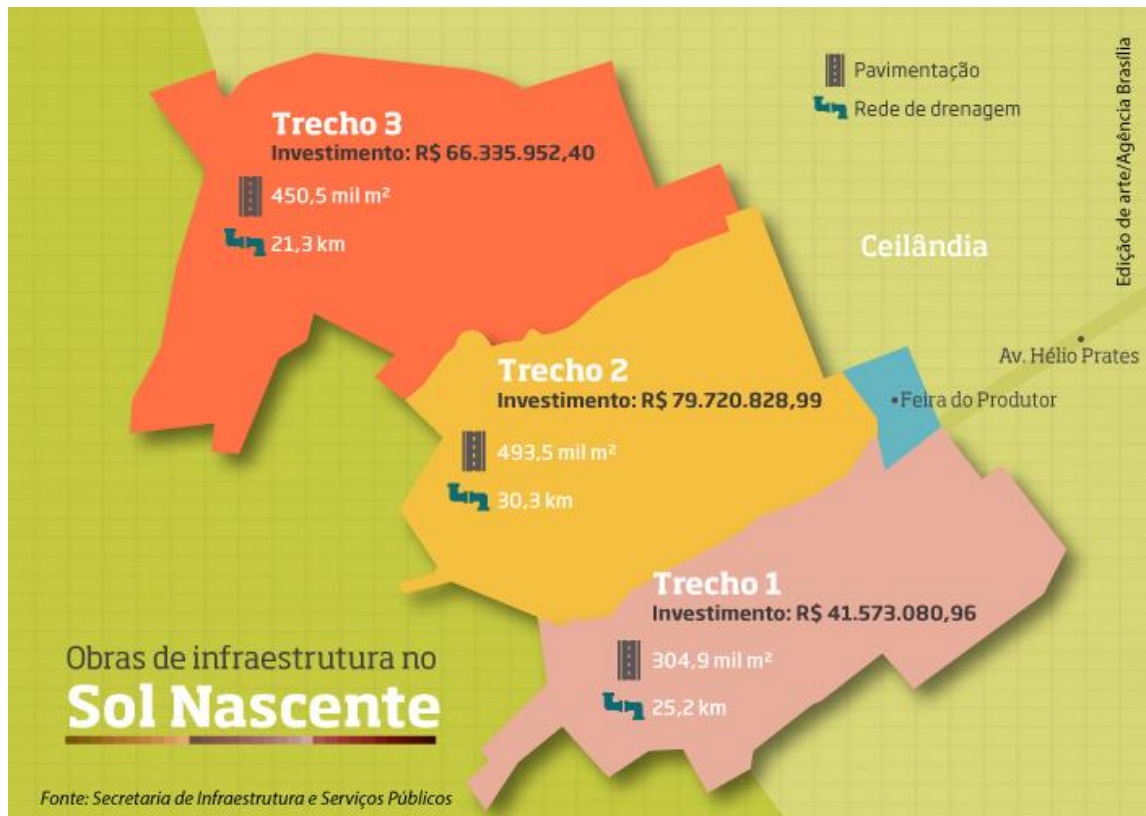


Figura 14: Mapa que apresenta as divisões geográficas dos Trechos I, II e III e os respectivos investimentos nas obras de infraestrutura.

Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos apud Agência Brasília (Disponível em <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/11/09/obras-de-infraestrutura-avancam-no-sol-nascente/>)

A área evidencia problemas graves de saneamento, saúde e segurança. A ação dos grileiros, gangues e as “derrubadas” por parte do Governo trazem a população um climatério de insegurança e apreensão, fazendo com que os habitantes não se sintam parte da cidade e, conseqüentemente, não auxiliem em sua construção ideológica.

Os projetos que apresentam esforços governamentais, mesmo que poucos têm como cerne soluções relativos à pavimentação e drenagem pluvial da cidade. Por já haver uma proposta em execução alusiva a tais temas, o presente projeto vem com o foco de desenvolver

áreas de parques e praças que, quando conjugadas, trarão alteração na perspectiva dos habitantes sobre a urbes. Quando questionado sobre o assunto Speck (2012) emite a seguinte afirmação:

A resposta é óbvia: as cidades precisam garantir o tipo de ambiente que aquelas pessoas desejam. Levantamentos realizados – como se precisássemos disso – mostram como a classe dos cidadãos criativos, especialmente a geração y\*, prefere, em geral, comunidades com ruas vibrantes e cheias de vida, a cultura de pedestres que só pode vir da caminhabilidade. (SPECK, 2012 – Página27)

É importante lembrar que a área hoje ocupada se localiza numa beira de chapada e carrega diversas nascentes em suas entranhas, o que traz uma preocupação extra relativa à preservação do bioma cerrado e para possíveis desbarrancos de terra. Esse fato atenta à lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, que determina as realizações constantes à conservação da natureza.

## 7 ANÁLISE DO SÍTIO

De acordo com a composição da poligonal do Setor Habitacional Sol Nascente das intenções de integração entre o assentamento e a cidade de Ceilândia, foram aferidos as características bioclimáticas da RA completa.

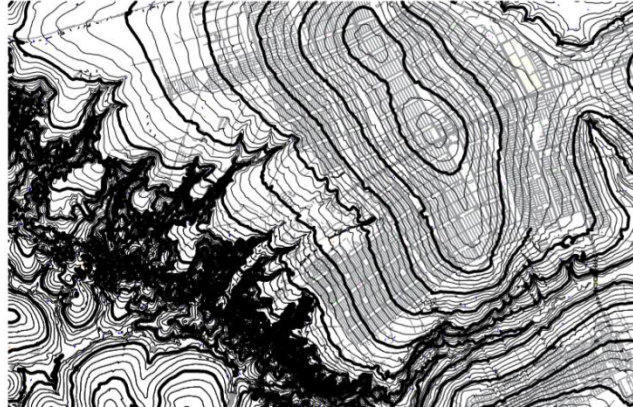


Figura 15: Mapa Topográfico.

Fonte: SICAD (2018)

Conforme a “Figura 15”, a topografia de Ceilândia apresenta dois picos principais no centro da localização de seu projeto urbanístico inicial. Alguns dos pontos da região chegam a até 20% de declividade.

A preocupação principal gerada deve-se ao fato de que em épocas de chuva o volume pluviométrico ganha grande velocidade causando danos às residências e pavimentações locais. A pavimentação da poligonal de Ceilândia é predominantemente em manta asfáltica, um material com baixa rugosidade, o que dificulta a vazão da água e aumenta sua velocidade em direção do Sol Nascente.

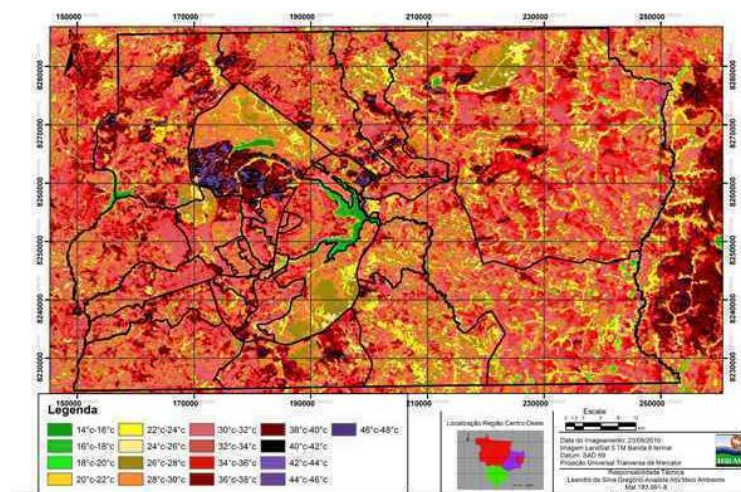


Figura 16: Mapa de Calor do DF.

Fonte: IBRAM (2010)

Segundo Pillar (1995), a presença de vegetação altera a temperatura e umidade relativa do ar, já que a folhagem protege o solo da radiação e o processo de evapotranspiração “lança” a umidade presente no solo para o ar. O projeto urbanístico de Ceilândia foi produzido de forma muito lógica, mas sem a devida preocupação com vegetação e dissipação de calor. Como consequência a mesma apresenta um microclima próprio em relação às demais Regiões Administrativas (Figura 16) (IBRAM, 2010).

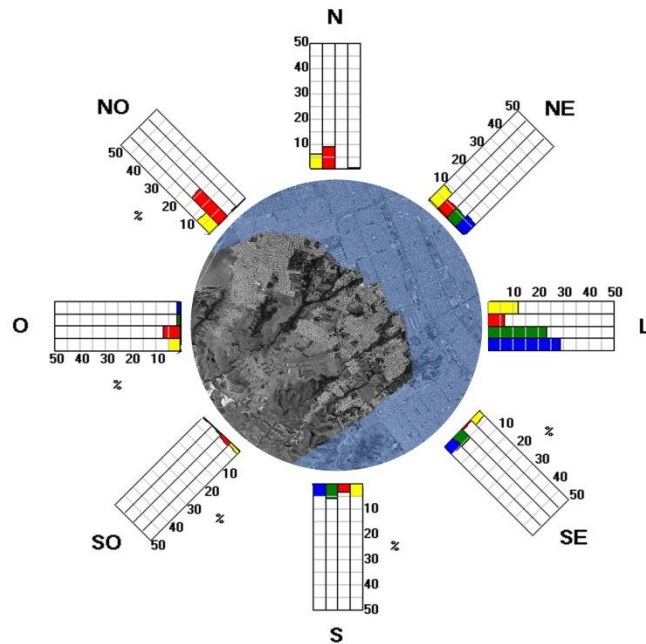


Figura 17: Mapa de ventos em Ceilândia.

Fonte: Produzido no software Sol Ar.

Os ventos da região ocorrem majoritariamente na direção leste-oeste. O plano cartesiano utilizado em Ceilândia cria corredores de ventilação em suas vias principais, porém o alto fluxo viário e a falta de vegetação condicionam o vento a apenas disseminar o calor.

## 8 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades seguiu como base os projetos de referência e as considerações de elementos tomados como importantes no objetivo e na problematização da região.

Durante a avaliação para as áreas de intervenção e suas prioridades os quesitos de maior peso foram a topografia (Figura 15) e as ilhas de calor (Figura 17) da região administrativa de Ceilândia, já que são os fatores que geram maior impacto ambiental.

Quando avaliando a população em relação ao território detectou-se na cidade condições inadequadas para a utilização dos espaços públicos segundo os conceitos de Gehl (2014), já que não há oferta de elementos atrativos para a caminhada, como sombra e abrigo.

Em relação à legislação vigente, a resolução de número 303 de 2012 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a topografia limítrofe ao sudoeste e sul de sol nascente caracteriza uma chapada. A mesma resolução determina que as bordas de uma chapada configurem uma Área de Proteção Permanente (APP), não podendo ser ocupadas em uma faixa de 100 metros desde o seu ponto inicial. Assim pode-se constatar que parte do assentamento já se encontra dentro da faixa da área de proteção permanente. Indo de encontro à análise topográfica e dos caminhos d'água, essa área apresenta risco de deslizamento de terra.

Conforme as informações previamente colocadas sintetizam-se os seguintes tópicos para a serem trabalhados pelo projeto:

- Microclima abrasivo da região
- Drenagem
- Preservação da borda da Chapada
- Caminhabilidade
- Área de convivência

## 9 PROPOSTA

O projeto acontece a partir da percepção da necessidade de melhoria das cidades que tem que começar a respeitar todas as questões de clima e que, conforme GEHL (2015, p. 118), “a vida acontece a pé”, a cidade é um direito de todas as pessoas.

Após análises bioclimáticas a região foi dividida em 3 (três) áreas prioritárias de intervenção, lembrando que o projeto intenta a melhoria da qualidade de vida no assentamento informal denominado Sol Nascente, mas para que o objetivo seja alcançado o projeto deve ser desenvolvido em toda a poligonal de Ceilândia.

As intervenções se dividiram em 3 (três) qualificações diferentes, focando em Melhoria Ambiental, Preservação e Conectividade.

### 9.1 Melhoria Ambiental

Por a poligonal de Ceilândia e Sol Nascente não corroborarem para a vivência urbana, como identificado no diagnóstico, uma das soluções se baseia nos estudos de Speck (2012), onde o urbanista fala sobre "colocar o carro em seu lugar", requalificando o fluxo viário em blocos para implementar um módulo de rua que possibilite a caminhada do pedestre.

Com a requalificação em blocos é possível prover uma caminhada segura e interessante para o pedestre, o que funciona como incentivo para as pessoas (GEHL, 2014).

Como o projeto de Ceilândia permite módulos replicáveis, criou-se um modelo de rua e de blocos que pode ser replicado em toda a cidade.



Figura 18: Módulo de Quarteirão em Ceilândia.

Fonte: Thainá Rocha (2018).

Sol Nascente não possui um traçado regular impossibilita a criação de um módulo de requalificação de fluxo viário, mais não impossibilita a aplicação do módulo de rua, que pode ser adaptado para situações de vias a partir de 6m.



Figura 18: Requalificação em Quarteirões em Sol Nascente Trecho I.

Fonte: Thainá Rocha (2018)

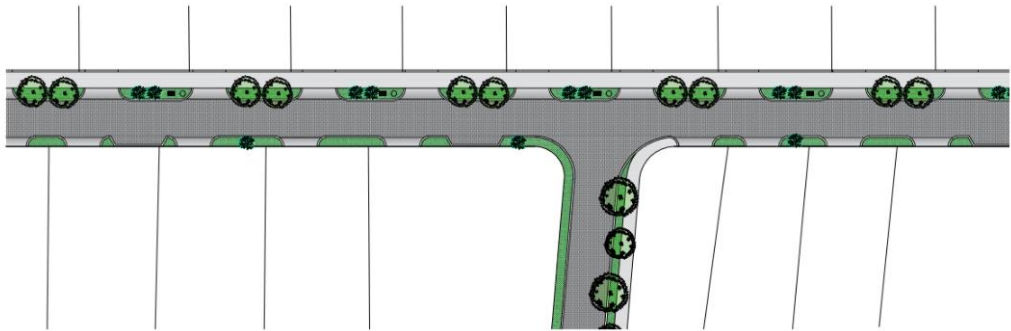


Figura 19: Modelo de Requalificação de rua residencial com a criação de faixa de serviço.

Fonte: Thainá Rocha (2018)

A Requalificação do Fluxo Viário é justificada para a criação de um modelo de rua com Faixa de serviço e espaço próprio e seguro para caminhada de corrobora com os conceitos de Speck (2012) que podem ser sintetizados nos títulos de seus capítulos “A caminhada segura” e “A caminhada confortável”.

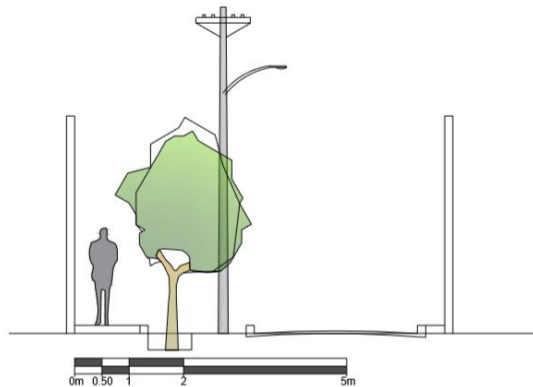


Figura 20: Modelo de Requalificação de rua residencial com a criação de faixa de serviço.

## 9.2 Preservação

Preservação pode ser definido como um conjunto de ações que intente tornar uma característica perene. O trabalho de preservação será realizado com a criação de um parque linear que tem suas determinações baseadas na Resolução nº 303 do CONAMA, que define a região como borda de chapada.

O parque tem funcionamento de Unidade de Conservação, portanto é regulado pela Lei nº 9.985, de julho de 2000. A Lei define preservação com os seguintes termos:

V - preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais; (Lei nº 9.985, de julho de 2000)



Figura 21: Poligonal definida para o Parque.

Fonte: Thainá Rocha (2018).

Para soluções aliadas aos conceitos de preservação, a proposta cria espaços de jardins de chuva, para que se possa aplicar vegetação nas áreas internas da cidade e como solução para o grande volume resticial de água da chuva.

A criação de um módulo de comercial é uma ideia aplicável em Ceilândia, já que o seu projeto é padronizado.



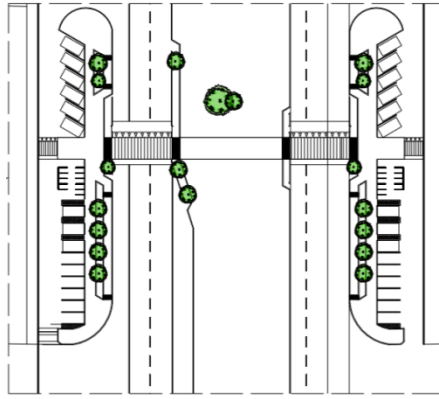


Figura 22: Módulo de comercial aplicado à Hélio Prates.

Fonte: Thainá Rocha (2018).

O módulo de aplicação foi exemplificado na via Hélio Prates, a via central da cidade e que permite conexão com a poligonal do Sol Nascente.

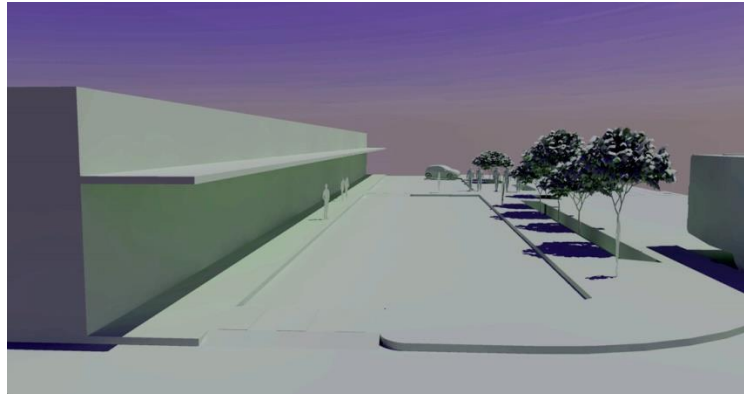


Figura 23: Módulo de comercial aplicado à Hélio Prates.

Fonte: Thainá Rocha (2018).

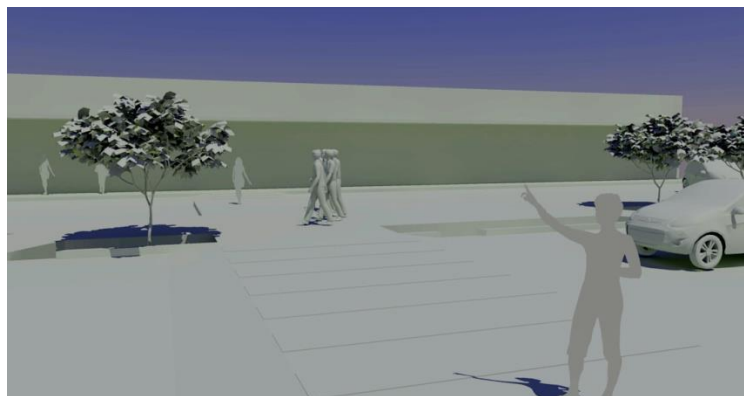


Figura 24: Módulo de comercial aplicado à Hélio Prates.

Fonte: Thainá Rocha (2018).

### **9.3 Conectividade**

A integração da adjacência com a o restante da RA (Região Administrativa) é de extrema importância para a sua construção cultural e desenvolvimento econômico.

A conexão será realizada com um corredor ecológico com as espécies pré-determinadas.

## 10 CONCLUSÃO

O presente artigo traz e demonstra a construção material de uma sociedade dividida entre povos e espaços e as consequências de um adensamento impensado, mas foca na mudança da relação da sociedade com o espaço como fator determinante para o uso da mesma e de sua construção cultural.

Indo contra visões simplistas e reformistas, este discurso conclui que a relação popular e a construção da cidade por meio ações populares reforçam a conexão entre os habitantes e espaços sociais, dilatando a vivacidade da cidade como elemento orgânico.

## BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na cidade**. 1ª Edição. Zahar, 2009.
- BORGES, André et al. **Sol Nascente: a grilagem de terra em uma das maiores favelas da América Latina**. Estadão, 2017. (Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,sol-nascente-a-grilagem-de-terra-em-uma-das-maiores-favelas-da-america-latina,10000099923>)
- BRASIL, LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000, REGULAMENTA O ARTIGO 225, § INCISO I, II, III E IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC),. (Disponível em [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei\\_9.985-2000?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei_9.985-2000?OpenDocument))
- CODEPLAN, PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS , 2017.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. 1ª edição. Boitempo, 2006.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2ª edição. Perspectiva, 2014.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. 3ª edição. WMF Martins Fontes, 2011.
- MARICATO, Herminia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. 7ª edição. Editora Vozes, 2013.
- MARICATO, Herminia. **Para entender a crise urbana**. 1ª edição. Expressão Popular, 2015.
- MARXS, Karl et al. **O manifesto do Partido Comunista**. 3ª edição. EDIPRO, 2015.
- PILLAR, V.D., **Clima e vegetação**. UFRGS, Departamento de Botânica, 1995. (Disponível em <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>).
- PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL, 2008.
- ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito: São Paulo: Espaço, história e política**. 1ª edição. Três Estrelas, 2017.
- SPECK, Jeff. **Cidades caminháveis**. 1ª edição. Perspectiva, 2012.
- TIMMERMANS, W. **Crises And Innovation In Sustainable City Planning**. Organização: University of Siena, 2004. (Disponível em: <https://www.witpress.com/elibrary/wit-transactions-on-ecology-and-the-environment/72/12301>)